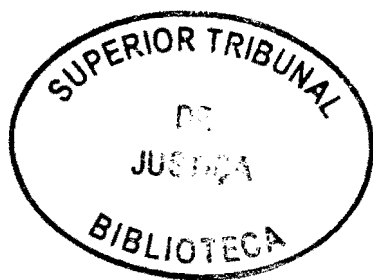


9 95 54

LENICE SILVEIRA MOREIRA



*A exceção de pré-executividade  
em matéria tributária*



livraria//  
DO ADVOGADO  
//editora

Porto Alegre 2001

## Sumário

---

Introdução . . . . .	13
<b>1. A evolução histórica e os princípios informativos da ação executiva . . . . .</b>	<b>17</b>
1.1. Evolução histórica da execução . . . . .	17
1.1.1. A evolução da execução no Direito brasileiro: análise crítica . . . . .	20
1.2. Princípios informativos do processo de execução na atualidade: fundamentos para a exceção de pré-executividade . . . . .	23
1.3. A exceção de pré-executividade como produto da evolução dos princípios que norteiam o processo executivo . . . . .	26
<b>2. Anotações sobre o processo de execução . . . . .</b>	<b>29</b>
2.1. Aspecto teleológico do processo executivo . . . . .	29
2.2. Autonomia do processo de execução e a posição privilegiada do credor . . . . .	33
2.3. O ato executivo da penhora . . . . .	35
2.4. Juízo de admissibilidade no processo de execução . . . . .	37
2.5. O contraditório no processo de execução . . . . .	38
2.6. Pressupostos processuais e condições da ação executiva . . . . .	41
2.6.1. Pressupostos processuais . . . . .	42
2.6.2. Condições da ação executiva . . . . .	43
2.7. Requisitos do título executivo . . . . .	46
<b>3. Os contornos doutrinários da exceção de pré-executividade . . . . .</b>	<b>49</b>
3.1. Primeiras manifestações doutrinárias sobre o tema: o parecer de Pontes de Miranda e a oposição de Alcides de Mendonça Lima . . . . .	49
3.1.1. O parecer de Pontes de Miranda . . . . .	49
3.1.2. Oposição de Alcides de Mendonça Lima ao parecer de Pontes de Miranda . . . . .	57

3.2. Multiplicidade de entendimentos doutrinários . . . . .	61
<b>4. Análise sistemática do instituto . . . . .</b>	<b>75</b>
4.1. Momento processual oportuno para a oposição da exceção de pré-executividade . . . . .	75
4.2. Matérias passíveis de arguição . . . . .	79
4.3. Formalização da exceção . . . . .	90
4.4. Procedimento, recurso cabível e custas judiciais . . . . .	91
4.5. Efeitos processuais . . . . .	100
4.6. Legitimidade . . . . .	101
4.7. A natureza jurídica e a questão terminológica . . . . .	102
4.8. Formulação de um conceito para a exceção de pré-executividade . . . . .	107
<b>5. A exceção de pré-executividade no processo de execução fiscal . . . . .</b>	<b>109</b>
5.1. Considerações iniciais . . . . .	109
5.2. Juízo de admissibilidade na ação de execução fiscal . . . . .	112
5.3. A manifestação do executado na ação de execução fiscal independentemente da garantia do juízo prevista no Decreto Imperial, nº 9.885 de 1888 . . . . .	114
5.4. Matérias suscetíveis de arguição . . . . .	115
5.4.1. Da Impossibilidade da Dilação Probatória . . . . .	117
5.4.2. Questão da prescrição . . . . .	119
5.4.3. Hipótese de Crédito com Exigibilidade Suspensa . . . . .	121
5.4.4. Causas Extintivas do Crédito . . . . .	122
5.4.5. Defeitos Formais do Título Executivo . . . . .	123
5.5. Formalização, legitimidade e conseqüências do incidente da exceção de pré-executividade na execução fiscal . . . . .	127
5.6. Posicionamento jurisprudencial sobre a exceção de pré-executividade na ação de execução fiscal . . . . .	130
5.7. A exceção de pré-executividade e a redução do passivo tributário . . . . .	134
5.7.1. A ilegitimidade da taxa <i>selic</i> na constituição do crédito tributário . . . . .	134
5.7.2. A ilegalidade da inclusão da multa na denúncia espontânea . . . . .	146
Considerações finais . . . . .	151
Bibliografia . . . . .	159